



Processo : 205.993-9/2017
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA CANTAGALO
Observação : REF EXERC 2016

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

*ANÁLISE DAS RAZÕES DE DEFESA APRESENTADAS PELO
EXCELENTÍSSIMO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
CANTAGALO À PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO
CONTRÁRIO À APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE
CANTAGALO - EXERCÍCIO DE 2016. 1. RELATÓRIO. 2.
ANÁLISE DAS RAZÕES DE DEFESA. 2.1 DÉFICIT FINANCEIRO
APURADO NO FINAL DO EXERCÍCIO. 2.2 INSUFICIÊNCIA DE
CAIXA (ART. 42 DA LRF). 2.3 CANCELAMENTO DE RESTOS A
PAGAR PROCESSADOS. 3 CONCLUSÃO.*

1 Relatório

Retorna o presente processo a este *Parquet* de Contas em decorrência da decisão plenária prolatada em sessão 17.08.2017 que, nos termos do voto do Excelentíssimo Sr. Conselheiro Substituto, Dr. MARCELO VERDINI MAIA, estabeleceu diligência interna para que, diante da documentação encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, o Corpo Instrutivo procedesse ao reexame da presente prestação de contas, em até 05 (cinco) dias, devendo ser ouvido, posteriormente, o douto Ministério Público Especial.

Cumpra ser inicialmente observado que, nos termos do disposto no artigo 9º da Deliberação TCE-RJ nº 199/96 e no art. 123 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167/92, diante da proposta de emissão de Parecer Prévio contrário à aprovação das Contas de Governo pelo representante do Ministério



Público de Contas e pelo Secretário-Geral de Controle Externo, foi publicada Pauta Especial no DOERJ de 02.08.2017.

Com esta publicação, foi conferida à parte interessada ou a procurador legalmente constituído vista do processo para apresentação de defesa.

Inconformado com as conclusões técnicas que propõem a rejeição das contas, Excelentíssimo Ex-Prefeito do Município de Cantagalo, Senhor Saulo Domingues Gouveia, apresentou RAZÕES DE DEFESA, cadastrada nesta Corte em 11.08.2017, as quais passaram a integrar este processo por meio do Documento TCE-RJ nº 18.017-8/17 (fls. 1141/1408).

No parecer apresentado em 27 de julho de 2017, o *Parquet* concluiu que as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo deveriam ser julgadas IRREGULARES PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, propondo ao Plenário deste E. Tribunal, no âmbito de sua competência constitucional, a emissão de PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO à respectiva aprovação. Tal conclusão fundamentou-se na verificação de 03 (três) IRREGULARIDADES a inquirar as contas de modo irremediável. Além disso, ainda foram apontadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO 08 (oito) IMPROPRIEDADES e sugeridas 11 (onze) DETERMINAÇÕES e 02 (duas) RECOMENDAÇÕES.

Transcreve-se, a seguir, as irregularidades apontadas conclusão do parecer do Ministério Público de Contas:

*I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação pela Câmara Municipal das contas de governo do Chefe do Poder Executivo de Cantagalo, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Saulo Domingues Gouveia, face às **IRREGULARIDADES** e **IMPROPRIEDADES** a seguir relacionadas, com as respectivas Determinações e Recomendações ao atual Prefeito, para que, sendo o caso, determine o cumprimento aos agentes competentes da administração municipal, observadas as sugestões de encaminhamento.*



IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE N.º 01

O município cancelou, sem justificativa apresentada neste processo, Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 134.392,18, após a liquidação da despesa e a assunção da obrigação de pagar (art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64). A conduta atenta contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa (art. 37 da CRFB/88).

DETERMINAÇÃO N.º 01

Abster-se de promover o cancelamento de restos a pagar processados, observando o direito adquirido pelo credor quando da liquidação da despesa, em conformidade com o disposto no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

IRREGULARIDADE N.º 02

Deficit financeiro no montante de R\$1.039.374,33, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 02

Observe o equilíbrio financeiro das contas municipais, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

IRREGULARIDADE N.º 03

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em 31/12/2016, uma insuficiência de caixa no montante de R\$1.039.374,33.

DETERMINAÇÃO N.º 03

Adotar as necessárias providências no sentido de atender ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 ao final da gestão.

O d. Corpo Instrutivo procedeu ao exame da defesa apresentada pelo ex-Prefeito, e considerou saneada a irregularidade 01, acima transcrita, e a impropriedade nº 02 que trata da mesma conduta, mantendo a sugestão de Parecer Prévio Contrário a aprovação das contas pelas demais irregularidades e impropriedades.

É o relatório. Passo a opinar.



2 Análise das razões de defesa

2.1 - Déficit financeiro apurado no final do exercício de 2016, em descumprimento ao estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Irregularidade nº 01 do Relatório do d. Corpo Técnico e 02 no parecer deste *Parquet*)

Conforme análise do d. Corpo Instrutivo, fls. 1427-v/1428-v, **as argumentações apresentadas não foram suficientes para ilidir a irregularidade apontada.**

Não entanto, foi recalculado o déficit financeiro (fl. 1430), não considerando como obrigação a pagar, o valor de R\$ 134.392,18, relativamente aos restos a pagar processados cancelados em 2016, tendo em vista a comprovação da regularidade dos respectivos cancelamentos, conforme análise realizada, às fls. 1429-v/1430, sobre assunto que, também, foi apontado como Irregularidade.

Assim, conforme cálculo demonstrado no quadro a seguir (reproduzido da fl. 1430) o déficit de R\$ 1.039.374,00, apurado anteriormente, foi reduzido para R\$ 904.982,15.

APURAÇÃO DO SUPRAVIT/DEFICIT FINANCEIRO					
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Convênios (D)	Valor considerado E = A-B-C-D
Ativo financeiro	10.932.202,45	7.373.308,72	4.830,00	459.484,98	3.094.578,75
Passivo financeiro	4.825.452,51	349.509,34	4.830,00	471.552,27	3.999.560,90
Deficit Financeiro	6.106.749,94	7.023.799,38	0,00	-12.067,29	-904.982,15

O interessado concentrou sua defesa na queda de receita do município, provocada pela crise econômica nacional e, mais diretamente, pela do Estado do Rio de Janeiro, e de que teria se adotado medidas de compensação, visando o equilíbrio das contas públicas.



A Lei de Responsabilidade Fiscal veio exatamente para direcionar a gestão pública na busca incessante do equilíbrio fiscal. Já no seu artigo 1º dispõe que para isto é necessária ação planejada e transparente e rígido controle na execução orçamentária e financeira, que possibilite a prevenção de riscos e a correção de desvios, *“mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar”*.

O cumprimento da LRF deve ser verificado bimestralmente pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e quadrimestralmente pelo Relatório da Gestão Fiscal – RGF (artigos 52 a 55 da LRF). Inclusive, sendo obrigatório a avaliação do cumprimento das metas fiscais, apuradas em cada quadrimestre, por meio de audiência pública, nos termos do § 4, art. 9º da mesma Lei.

Esta Corte, na sua missão constitucional de controle externo, em especial, quando da apreciação das contas anuais, do exame dos relatórios da LRF e das auditorias realizadas, vem ao longo dos anos apontando irregularidades, impropriedades e situações de descontroles nas administrações públicas municipais e cobrando a adoção de medidas para as suas correções.

O certo é que o estrangulamento das finanças da União, do estado do Rio de Janeiro e dos municípios não é fruto do acaso, não foi surpresa e nem era imprevisível, tendo em vista a falta de ações concretas de ajuste fiscal destes entes, ante o baixo crescimento econômico nacional dos últimos anos, que tem reflexos diretos na arrecadação da receita.

Por todo o exposto, as razões de defesas apresentadas não foram suficientes para alterar o posicionamento deste *Parquet*, razão pela qual ratifica a proposição anteriormente



emitida, relativamente à **Irregularidade de desequilíbrio fiscal** apresentada nas contas do município em apreço.

2.2 – Insuficiência de Caixa para o pagamento das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres de 2016, em descumprimento ao estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Irregularidade nº 02 do Relatório do d. Corpo Técnico e 03 no parecer deste *Parquet*)

O município retificou os dados das tabelas do “Modulo Término de Mandato” do SIGFIS (Deliberação TCE-RJ nº 248/08), que fundamentou a análise anterior, informando como despesa contraída para fins de apuração do cumprimento do art. 42 da LRF, o valor de R\$ 6.150,32, conforme registra a o Relatório técnico de fls. 1428-v/1429.

Vale ressaltar que, na documentação anterior, o município havia informado que a despesa considerada para fins do art. 42 da LRF montava em R\$ 96.852,10. De qualquer forma, nas duas situações, o município não apresentaria suficiência de caixa para a sua cobertura, como veremos adiante.

No entanto, na primeira análise (fls. 1070/1074), o d. Corpo Técnico verificou inconsistência, no total dos restos a pagar inscritos no exercício de 2016, entre os registros contábeis e às informações do SIGFIS (Deliberação TCE-RJ nº 248/08). O SIGFIS informou valor a menor de R\$ 570.186,56.

Sob a justificativa de que as informações contábeis devem ser a base principal para a análise dos resultados apurados nas prestações de contas, o valor de R\$ 570.186,56 foi adicionado ao valor de R\$ 96.852,10, perfazendo o total de despesas contraídas, a partir de 01.05.2016, R\$ 667.038,66. Considerando este valor, a análise anterior apurou insuficiência de Caixa em 31.12.2016 de R\$ 1.039.374,33 (fl. 1073-v).



Com a retificação, acima mencionada, foi apurada despesa contraída no valor de R\$576.336,88 (R\$ 6.150,32 + R\$ 570.186,56) e insuficiência de caixa no montante de R\$ 904.982,15, conforme análise de fls. 1431/1434, resumida no quadro a seguir, haja vista que não foi considerado, como Passivo Financeiro, o valor de R\$ 134.392,18 dos restos a pagar processados cancelados, que havia sido incluída na apuração pretérita.

<i>Total das Disponibilidades Financeiras em 31/12/2016</i> (A)	<i>Total dos Encargos e das Despesas Compromissadas a Pagar em 31/12/2016</i> (B)	<i>Disponibilidade de Caixa 31/12/2016</i> <i>C = (A-B)</i>
3.094.578,75	3.423.224,02	-328.645,27

<i>Total das Disponibilidades de Caixa em 31/12/2016</i> (C)	<i>Total das Obrigações de Despesas Contraídas</i> (D)	<i>Insuficiência de Caixa - 31/12/2016 – Art. 42 LRF</i> <i>E = (C-D)</i>
-328.645,27	576.336,88	-904.982,15

Por todo o exposto, as razões de defesas apresentadas não foram suficientes para alterar a opinião deste Parquet, razão pela qual ratifico a opinião anteriormente emitida, relativamente à **Irregularidade pelo não cumprimento do art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/00.**

2.3 – Cancelamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 134.392,18, sem justificativa apresentada neste processo, contrariando o art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64. Conduta que atenta contra os princípios constitucionais da transparência, da impessoalidade e da moralidade administrativa, consoante art. 37 da Constituição Federal (Irregularidade incluída pelo *Parquet*).

Transcrevo na íntegra a análise a técnica realizada, às fls. 1429-v/1430, ante a defesa apresentada pelo jurisdicionado:



o defendente argumenta que não agiu com dolo ou má fé, salientando que tais medidas foram adotadas, tardiamente em alguns casos, visto que os restos a pagar estavam inscritos desde 2009, alguns já prescritos, e que tais valores nunca foram cobrados ou questionados pelos respectivos credores, em razão de não serem passíveis de pagamento, por motivos vários, pelo que junta documentação comprobatória (1191/1357).

compulsando a documentação apresentada pelo jurisdicionado, observa-se que os cancelamentos referem-se, de fato, a dívidas prescritas ou valores não passíveis de reclamação por parte de credores, tais como empenhos liquidados indevidamente em duplicidade e valores lançados erroneamente no sistema contábil, sendo anexadas aos autos as respectivas “notas de cancelamento de restos a pagar” (fls. 1195/1357).

Desta forma, entende-se que assiste razão ao jurisdicionado, sendo saneada a irregularidade, pelo que se procederá à nova análise do resultado do superavit/déficit financeiro, bem como das obrigações contraídas em final de mandato – artigo 42 da LRF. Grifei.

Conforme planilha de fls. 1191/1194, com documentação suporte às fls. 1195/1357, os restos a pagar de despesas liquidadas foram baixados pelos motivos a seguir relacionados:

- 1 – Prescrição de dívidas (despesas empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2007 a 2011) - R\$ 16.393,06;
- 2 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas com diárias dos exercícios de 2013 a 2015, tendo em vista o cancelamento das respectivas viagens dos servidores – R\$ 490,00;
- 3 – Cancelamentos de empenho por estimativa e liquidação de despesas dos exercícios de 2012 a 2015, cujos pagamentos foram solicitados em duplicidade – R\$ 20.370,80;
- 4 - Cancelamentos de liquidação de despesas dos exercícios 2012 a 2014, tendo em vista liquidações indevidas realizadas pelo sistema contábil – R\$ 20.002,87;
- 5 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas do exercício de 2013, empenhadas e liquidadas em duplicidade – R\$ 17.001,00;



- 6 - Cancelamentos de empenho global e liquidação de despesas dos exercícios de 2012 a 2015, cujas despesas são liquidadas parceladamente, tendo em vista a duplicidade lançamentos - R\$ 54.039,89;
- 7 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas dos exercícios de 2013 e 2014, tendo em vista a ausência de atestado de recebimento do material – R\$ 3.970,90;
- 8 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas do exercício de 2014, tendo em vista que a locação, provisória, do imóvel se deu em prazo inferior ao programado – R\$ 1.000,00;
- 9 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas do exercício de 2013, tendo em vista que locação do imóvel era por 12 meses, mas foi empenho foi realizado para 13 meses – R\$ 880,02;
- 10 – Cancelamentos de empenho e liquidação de despesas do exercício de 2012, tendo em vista que o serviço de cartório foi gratuito e que, portanto, deixaram de ser canceladas na época própria - R\$ 243,64.

À luz da documentação agora apresentada pelo defendente, **o jurisdicionado justifica a regularidade da baixa contábil** dos débitos inscritos em restos a pagar processados, parte **pela prescrição** e, de outra parte, **pela necessidade de corrigir as inconsistências originadas pelo processamento equivocado** (empenho e liquidação) **de despesas dos exercícios anteriores e pelos erros de lançamentos contábeis.**

Vale dizer que a **prescrição quinquenal das dívidas passivas** está amparada pelo art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/32 e art. 134 da Lei Estadual nº 287/79. Devendo, portanto, os restos a pagar nesta condição serem anulados em razão da extinção da exigibilidade do crédito.

Decreto Federal nº 20.910/32

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a



sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Lei Estadual nº 287/79 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade do Estado do RJ

Art. 134 – Constituem Restos a Pagar:

I – A despesa com fornecimento de material, execução de obras ou prestação de serviços legalmente empenhada e não paga dentro do exercício, a qual será relacionada em conta nominal do credor;

II – a despesa de transferência em favor de entidade pública ou privada, legalmente empenhada e não paga no exercício, a qual será relacionada em contra nominal da entidade beneficiária.

§ 1º - Os Restos a Pagar mencionados no item 1 deste artigo terão a vigência de cinco exercícios, a contar do exercício seguinte àquele a que se referir o crédito.

§ 2º - Os Restos a Pagar mencionados no item 2 deste artigo terão a vigência de dois exercícios, a contar do exercício seguinte àquele a que se referir o crédito.

Quanto às inconsistências verificadas no estoque dos restos a pagar, a Administração Pública, no exercício do poder de autotutela, tem o dever de anular ou revogar os seus próprios atos, quando eivados de vícios, conforme o disposto nas súmulas nºs 346 e 473 do STF. No caso concreto, anular empenho e liquidação de despesas que efetivamente nunca existiram, porquanto não houve adimplemento contratual por parte de terceiros, conforme consta na documentação encaminhada. Não gerando, portanto, direitos.

Assim, **não** restaram configurados os indícios de que os respectivos cancelamentos dos restos a pagar, em 2016, foram realizados em desacordo com os regulamentos que regem a matéria e com os princípios constitucionais do direito administrativo, razão pela qual acompanho o entendimento esposado pelo d. Corpo Técnico, no sentido de excluir a irregularidade e respectiva determinação nº 1, consignado no parecer anterior.



3 - Conclusão

CONSIDERANDO que, consoante disposto nos artigos 75 da Constituição Federal e 122 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado;

CONSIDERANDO a competência do Tribunal de Contas para emitir Parecer Prévio sobre as Contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, a serem julgadas pelas Câmaras de Vereadores, diante do que dispõe o artigo 125 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público Especial cabe, no âmbito da jurisdição de Contas, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de o Ministério Público Especial, mediante parecer escrito, oficiar nos Processos de Prestação de Contas de Governo, respeitada a independência funcional do Procurador designado;

CONSIDERANDO que as Contas de Governo do Chefe do Poder Executivo do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2016, não observaram as disposições legais pertinentes, face às irregularidades e impropriedades verificadas neste parecer;

CONSIDERANDO que serviram de base a este parecer a documentação que constituiu este processo, e, sobretudo, o Relatório do Corpo Instrutivo deste Tribunal e os números e dados neste consolidados e referendados;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, designada por Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e prescreve medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial a serem cumpridas pela administração



pública direta, autárquica e fundacional, e as empresas dependentes de recursos do Tesouro municipal;

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio deste Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara Municipal não exoneram de eventual responsabilidade os ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos, quando do exame das respectivas Contas, como deflui da sistemática constitucional e do disposto na Lei Complementar Estadual nº 63/90;

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, DE ACORDO COM O D. CORPO INSTRUTIVO, APRESENTADO A DEVIDA VÊNIA PARA REPRODUZIR AS CONCLUSÕES CONCORDANTES, INTRODUIR ACRÉSCIMOS E MODIFICAÇÕES E PROCEDER A SUPRESSÕES, OPINA:

I – Pela emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação pela Câmara Municipal das contas de governo do Chefe do Poder Executivo de Cantagalo, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Saulo Domingues Gouvea, face às **IRREGULARIDADES** e **IMPROPRIEDADES** a seguir relacionadas, com as respectivas Determinações e Recomendações ao atual Prefeito, para que, sendo o caso, determine o cumprimento aos agentes competentes da administração municipal, observadas as sugestões de encaminhamento.

IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE N.º 1

Deficit financeiro no montante de R\$ 904.982,15, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.



DETERMINAÇÃO N.º 1

Observe o equilíbrio financeiro das contas municipais, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

IRREGULARIDADE N.º 2

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em 31/12/2016, uma insuficiência de caixa no montante de R\$904.982,15.

DETERMINAÇÃO N.º 2

Adotar as necessárias providências no sentido de atender ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 ao final da gestão.

IMPROPRIEDADES E DETERMINAÇÕES

IMPROPRIEDADE N.º 1

Não cumprimento das metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 3

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.



IMPROPRIEDADE N.º 2

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *déficit* previdenciário de R\$373.970,40, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

DETERMINAÇÃO N.º 4

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

IMPROPRIEDADE N.º 3

O Poder Executivo ultrapassou o limite da despesa com pessoal no 1º semestre de 2016, deixando de reduzir o percentual excedente em, no mínimo, um terço nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

DETERMINAÇÃO N.º 5

Cumprir o disposto no artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, relativamente ao limite de gastos com pessoal.

IMPROPRIEDADE N.º 4

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte “ordinários”.

DETERMINAÇÃO N.º 6

Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.



IMPROPRIEDADE N.º 5

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de 2017 apurado na presente prestação de contas (R\$178.232,11) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$74.642,50), resultando numa diferença de R\$103.589,61.

DETERMINAÇÃO N.º 7

Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.

O *deficit* financeiro apurado para o exercício de 2017 no balancete apresentado pelo município, no montante de R\$74.642,50, deve ser ressarcido à conta do Fundo para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

IMPROPRIEDADE N.º 6

Detectamos a divergência no valor de R\$337.363,00, entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$3.094.578,75) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$2.757.215,75).

DETERMINAÇÃO N.º 8

Observar o registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

IMPROPRIEDADE N.º 7

Detectamos a divergência no valor de R\$183.537,59, entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade (R\$3.423.224,02) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$3.239.686,43).



DETERMINAÇÃO N.º 9

Observar o registro de todos os encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 248/08.

IMPROPRIEDADE N.º 8

Existência de sistema de tributação deficiente, que prejudica a efetiva arrecadação dos tributos instituídos pelo município, contrariando a norma do art. 11 da LRF.

DETERMINAÇÃO N.º 10

Adotar providências para estruturar o sistema de tributação do município, visando à eficiência e eficácia na cobrança, fiscalização, arrecadação e controle dos tributos instituídos pelo município, em atendimento ao art. 11 da LRF.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO N.º 1

Para que o município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

RECOMENDAÇÃO N.º 2

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.



II – COMUNICAÇÃO, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Cantagalo, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CRFB/88, no artigo 77 da Lei Federal nº 4.320/64 e no artigo 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas Contas de Governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e aqueles referentes às disposições previstas na LRF, que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando CERTIFICADO DE AUDITORIA quanto à REGULARIDADE, REGULARIDADE COM RESSALVA OU IRREGULARIDADE DAS CONTAS, e ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas para melhoria da gestão governamental, além de APRESENTAR A ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS POR ESTE TRIBUNAL NAS CONTAS DE GOVERNO, cujo Relatório deverá ser apresentando nos moldes daquele elaborado pela Auditoria Geral do Estado, integrante das Contas de Governo do ERJ, constante no endereço eletrônico: <http://www.age.fazenda.rj.gov.br> – link - Relatórios de Contas Consolidadas do Governo.

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, atual Prefeito Municipal de Cantagalo, para que seja alertado:

III.1 – quanto ao *deficit* financeiro de R\$904.982,15 apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;



III.2 – quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional relativo à aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo (Administração Financeira) a partir do exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual passará a considerar na base de cálculo as despesas liquidadas e os Restos a Pagar Não-Processados (despesas não liquidadas) até o limite das disponibilidades de caixa relativas a impostos e transferências de impostos, acrescida do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, nos moldes especificados no Manual dos Demonstrativos Fiscais editados pela STN e operacionalizado pelo SIOPE;

III.3 – quanto à alteração da metodologia para a análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual deixará de considerar em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos;

III.4 - quanto ao fato de que esta Corte de Contas não computará as despesas com ações e serviços públicos de saúde que não tenham sido movimentadas pelo fundo de saúde, para efeito de apuração do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, nos estritos termos da Lei Complementar n.º 141/12;

III.5 - para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$74.642,50, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21;

III.6 - para consolidar no Fundo Municipal de Saúde as disponibilidades de caixa provenientes de receitas de impostos e transferências de impostos com vistas a atender as ações e serviços públicos de saúde e a lastrear os respectivos passivos financeiros, constituídos pelos restos a pagar e demais obrigações, reconhecidos pela administração municipal, em atendimento ao disposto no artigo 24 da LCF 141/12;



III.7 – para divulgar amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo Relatório Analítico e Parecer Prévio deste Tribunal, em cumprimento ao disposto no artigo 126 da Constituição Estadual e na forma do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00.

IV – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Ministério Público, para ciência da decisão proferida no presente processo, acompanhado de cópia digitalizada desta prestação de contas de governo.

V – DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral de Controle Externo – SGE para que:

- a) Aperfeiçoe as análises dos RPPS nos processos de contas de governo de município, a fim de que seja possível avaliar com maior profundidade a gestão do sistema de previdência social e apurar sua repercussão nas referidas contas;
- b) Avalie a pertinência de realizar Auditoria Governamental no Município de Cantagalo com vistas ao diagnóstico da sua gestão tributária e a proposição de medidas no intuito de proporcionar maior arrecadação de receitas de competência municipal;
- c) Considere, na análise das Contas de Governo Municipal, o resultado das Auditorias Governamentais realizadas no município que tenham repercussão no conteúdo dos temas tratados no relatório técnico das contas.

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 2017.

SERGIO PAULO DE ABREU MARTINS TEIXEIRA
Procurador-Geral do Ministério Público Especial
Matrícula 02/004022